

A crise coureiro-calçadista no Vale dos Sinos: a construção do Jornal NH¹

Denise Castilhos de Araújo²
Centro Universitário Feevale

Claudia Schemes³
Centro Universitário Feevale

Resumo: Na década de 1990, no Vale dos Sinos, Rio Grande do Sul, o setor coureiro-calçadista experimenta uma crise que resulta em falências de empresas e, conseqüentemente, em elevação dos índices de desemprego. Uma situação de crise, de modo geral, tende a exigir a reconfiguração dos setores envolvidos. Essa reconfiguração tende a se realizar não apenas no meio que vivencia a crise, mas também em todo o entorno que, de alguma forma, sofre (ou pode vir a sofrer) as influências de tal situação. Nesse sentido, a (re)apresentação da idéia da crise pelos meios de comunicação é fundamental para a formação de opinião da sociedade. Assim, este artigo constitui-se em um estudo das matérias/notícias que foram publicadas pelo Jornal NH no período de 1992 a 1998 sobre a crise do setor coureiro-calçadista do Vale dos Sinos..

Palavras-chave: crise; discurso; setor coureiro-calçadista; Vale dos Sinos; jornalismo

Introdução

A presente discussão é fruto de um projeto que vem sendo desenvolvido desde o ano de 2005, o qual tem como um de seus objetivos a identificação da construção discursiva dos conceitos: crise; emprego/desemprego, apropriados do jornal de maior circulação da região, durante o período de 1992 a 1998. A importância desta pesquisa justifica-se pelo fato de que a partir das respostas encontradas, pôde-se verificar como se deu a construção dessas realidades na região do Vale dos Sinos, a qual tem a economia baseada no setor coureiro-calçadista, sendo um dos grandes pólos exportadores do país.

Hoje o Brasil encontra-se na posição de terceiro maior produtor de calçado do mundo, tendo seu principal pólo de calçado no Vale dos Sinos, que por sua vez é seguido

¹ Trabalho apresentado ao Intercom, na Divisão Temática de Jornalismo, do X Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul.

² Denise Castilhos de Araújo, mestre em Ciências da Comunicação pela UNISINOS (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), doutora em Comunicação Social pela PUCRS. Atua nos cursos de Comunicação Social e Design de Moda e Tecnologia e no grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade, do Centro Universitário Feevale, em Novo Hamburgo.

e-mail: deniseca@feevale.br

³ Claudia Schemes, mestre em História Social pela Universidade de São Paulo (USP/SP) e doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/RS). Atua nos cursos de História e Design de Moda e Tecnologia e no grupo de pesquisa Cultura e Memória da Comunidade do Centro Universitário Feevale, em Novo Hamburgo.

e-mail:claudias@feevale.br

pela região de São Paulo e alguns estados do Nordeste. A região do Vale é responsável por aproximadamente 40% da fabricação nacional e 75% do total das exportações do país. Construindo uma cultura voltada para o setor, a localidade também possui instituições de ensino que buscam a adequada formação de profissionais para o calçado.

O estado do Rio Grande do Sul possui a economia fundamentada na agricultura (soja, trigo, arroz e milho); na pecuária e nas indústrias de couro e calçado; alimentícia; têxtil; metalúrgica e química.

Reconhecida como a Capital Nacional do Calçado, Novo Hamburgo localiza-se na região metropolitana do Estado do Rio Grande do Sul, especificamente no Vale dos Sinos. Ocupa a área de 217Km² e a população atual é de, aproximadamente, 220.000 habitantes. A região tem sua economia baseada, principalmente, no setor coureiro-calçadista, composto por curtumes, indústrias químicas, componentes para calçados, indústrias metalúrgicas e componentes eletrônicos, que enfatizam seus esforços ao seguimento das exportações e possuem suma importância na geração de empregos da região.

É importante ressaltar que, dentre as exportações brasileiras de calçado, uma média de 80% são geradas pelo Rio Grande do Sul, a maioria delas vindas do Vale dos Sinos. Novo Hamburgo desenvolveu uma boa infra-estrutura para produção, comercialização e exportação de calçados no país, pois encontra-se entre os maiores produtores e exportadores do Brasil.

Para compreendermos as origens da indústria calçadista do Vale dos Sinos, é preciso apontar a forte tradição pecuária do Estado que remonta ao século XVII com a introdução do gado pelos jesuítas no Rio Grande do Sul, pois essa atividade representou sua primeira força econômica, e foi a responsável pela sua integração ao restante do país. Inclusive o período que vai do século XVII a meados do XIX ficou conhecido por parte da historiografia brasileira como Idade do Couro. Foram os produtos derivados do setor primário os responsáveis pelo início da industrialização gaúcha (tecidos, lãs, couro, calçados, entre outros).

Desde o século XVIII, o gado era abatido, principalmente, para o aproveitamento das peles que eram exportadas para fora do Estado, já que não existia mercado consumidor para uma grande quantidade de carne. O couro, nessa conjuntura, era utilizado de maneira bruta, mais tarde é que passou a ser curtido. Com o desenvolvimento das charqueadas, essa

produção, mesmo perdendo o valor, aumentou e continuou sendo vendida para o exterior. Apenas com o desenvolvimento da indústria frigorífica na primeira década do século XX é que as peles passaram a ter um uso mais racional através de seu processamento industrial. A economia gaúcha, então, centrava-se em três produtos: o gado vivo, o charque e o couro.

Acredita-se que o primeiro curtume do Brasil foi fundado no início do século XIX, no Rio Grande do Sul e prosperou rapidamente no Vale do Sinos, uma vez que havia poucos produtos de couro no mercado. Entretanto, ele era utilizado em quase todos os artigos que o gaúcho possuía: “na construção de sua moradia, no mobiliário rústico, no transporte, no armamento, no vestuário e em outros utensílios.” (SANTOS, 2004, p.99) O couro era uma mercadoria de grande valor que, em alguns momentos, chegou a ser moeda corrente, todavia, essa importância não foi sempre a mesma.

Porém, mesmo a indústria de couro tendo prosperado no Vale do Sinos, os colonos alemães não foram os primeiros a se dedicarem a esse tipo de atividade, pois os portugueses já haviam instalado curtumes na região de Pelotas e Rio Grande. Mesmo assim, colonos alemães tornaram-se os principais produtores de artigos de couro, como arreios, guaiacas, perneiras, botinas, chinelos, tamancas, sapatos, etc., criando as primeiras sapatarias.

O pioneirismo dos colonos na indústria de calçados surgiu principalmente pela necessidade de proteção dos pés, não só por causa do frio, mas também por causa dos bichos e arbustos existentes em profusão nas zonas de colonização.

O trabalho na agricultura e nas roças também exigia o uso do calçado que não era comercializado em lojas. Os sapateiros faziam-nos sob medida e por encomenda.

É bom lembrar que o imigrante alemão trouxe o hábito de andar calçado e tinha mais condições financeiras de adquirir esse produto que a maioria da população brasileira, portanto, mesmo que a utilização do calçado fosse bastante restrita em todo o país, no Vale do Sinos era muito utilizado desde meados do século XIX. (SCHEMES, 2006)

A Idade do Couro terminou em meados do século XIX, mas a sua importância na economia perdurou e lançou as bases do setor coureiro-calçadista, que impulsiona até hoje a economia do Estado.

Junto ao desenvolvimento dos curtumes, a produção de calçados havia tomado um impulso bastante grande na segunda metade do século XIX com a Guerra do Paraguai, que aumentou a demanda de calçado, e com a urbanização e a conseqüente diminuição dos

produtos de montaria no mercado. Nesse período, os artigos de montaria ainda eram produzidos de forma artesanal enquanto na fabricação do calçado já eram utilizadas algumas máquinas.

A produção de arreios acabou influenciando a fabricação dos calçados, já que havia muita sobra de couro, principalmente das pernas e virilhas dos animais que não eram aproveitáveis para o material de montaria, mas serviam para a fabricação dos tamancos, chinelos, solas e saltos.

Além dos chinelos, a produção da sandália iniciou no final do século XIX e teve como um dos seus primeiros fabricantes Paulo Triebes, que constatou, pela análise técnica, que esse produto era mais leve, cômodo e de baixo custo. Assim, logo teve ampla aceitação no mercado.

As sapatarias que existiam nesse período normalmente funcionavam em uma peça da casa do sapateiro, e os calçados fabricados, mesmo não sendo sofisticados, eram de boa qualidade.

Pedro Adams Filho, dono de uma sapataria e o primeiro industrial de calçados do Vale, notou que o mercado era amplamente favorável e que alguns fregueses faziam pedidos específicos de alguns produtos. Começou então a fazer chinelos e botinas que eram produzidos em pequena quantidade e, na maioria das vezes, segundo o gosto do comprador.

Dentro desse contexto de abundância de peles e de inserção do colono no uso e produção de calçados, foi criada, em 1901, a primeira indústria calçadista do Vale do Sinos, de propriedade de Adams.

Segundo Rupenthal (2001), um fator conjuntural importante a ser lembrado é que as altas taxas de importação criadas pelo governo republicano incentivavam a criação de indústrias. Mesmo assim, havia apenas duas empresas calçadistas com mais de 100 empregados no ano de 1900 (Pelotas e Porto Alegre) e, pelo censo de 1907, metade da produção de calçados estava concentrada no Rio de Janeiro, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, e supria 90% do mercado interno (a taxa sobre os calçados importados era de 115% e o governo estadual incentivava as vendas para outros Estados).

Para o mesmo autor, na primeira década do século XX há uma proliferação de fábrica de calçados no Estado, pois esse tipo de indústria não exigia grandes investimentos e havia mão-de-obra abundante (ex-comerciários e ex-agricultores), entretanto, a produção

ainda era artesanal. Diz, ainda, que em 1912 havia 699 fábricas de calçados, a maioria com dois a sete empregados, produzindo 1,15 milhões de pares. Quatro anos depois, já havia 736 fábricas, mas apenas quatro tinham mais de 100 empregados e eram responsáveis por quase 50% da produção nacional. (RUPENTHAL, 2001, p.77,78)

Em virtude desse desenvolvimento industrial, Novo Hamburgo passou a ser considerada a capital nacional do calçado, o que estimulou a vinda de moradores do interior do estado para esta região e, conseqüentemente, a exportação calçadista foi impulsionada a partir dos anos 1960.

Os calçados produzidos nesta região, inicialmente centravam-se nas tendências européias, ocasionando, muitas vezes, o desconforto por parte de seus usuários, em virtude das diferenças anatômicas dos indivíduos. Hoje, as indústrias calçadistas estão preocupadas em estabelecer uma moda mais regional, fixando tendências brasileiras, sem esquecer as diferenças dos pés que são calçados por esses calçados, ou seja, o sapato é produzido para brasileiros, seguindo as tendências da moda brasileira. Atualmente é possível ver uma série de estilistas dedicados em criar peças exclusivas para determinadas indústrias, aumentando a diferença entre os grupos sociais, intensificando as características que almejam cada grupo. (SCHEMES, 2005)

Os sapatos produzidos no Vale dos Sinos ganharam o mundo. Os importadores, por reconhecerem a qualidade do sapato nacional, iniciaram negociações com as indústrias, usando a mão-de-obra, então qualificada, para a produção dos calçados. Desta forma, eles (importadores) escolhiam as peças a serem fabricadas, outras vezes traziam os produtos previamente selecionados, bastando para os empresários a preocupação com o cumprimento dos prazos determinados, bem como a qualidade do produto final. (Ibidem)

A partir de 1980 foram implementadas novas técnicas organizacionais, como controles de qualidade, planejamento da produção e técnicas produtivas. Muitas dessas atitudes foram reflexo da exigência do mercado, o qual passou a desejar um produto melhor acabado e com o preço mais competitivo. Deve-se considerar, também, a entrada no Brasil de sapatos oriundos da China, o que ocasionou a preocupação cada vez maior com a qualidade do sapato produzido nessa região.

Na metade da década de 90, ocorreu uma forte crise no setor, ocasionando o fechamento de muitas indústrias. Tal crise, com o passar do tempo, resultou na diminuição

drástica dos pedidos de calçados. A primeira providência foi reduzir a capacidade de produção, dando início às levas de demissões. Logo depois vieram as falências das indústrias, o que refletiu negativamente na economia do Vale. (SANTOS, 2006 e CORRÊA, 2006)

Tendo como principais causas a forte concorrência, principalmente a dos países asiáticos, a queda das exportações, a má qualidade do calçado e o atraso tecnológico, foram nos anos 90 que o setor calçadista enfrentou sua mais grave crise, resultando no fechamento de muitas fábricas, na terceirização das atividades, e num grande número de desempregados, como nunca antes visto. A concorrência externa e a mudança do mercado interno fizeram com que os empresários buscassem alternativas de redução dos custos de produção e o aumento de participação no mercado externo. Muitas empresas calçadistas do Sul e Sudeste⁴ foram deslocadas para o Nordeste em busca de mão-de-obra mais barata, incentivos governamentais e privilégios de localização em relação aos destinos das exportações⁵.

As crises enfrentadas pelo setor calçadista localizam suas origens não apenas na área tecnológica, mas, principalmente, na abertura da economia brasileira e aos demais aspectos macroeconômicos⁶, que geraram desvantagens em relação aos países concorrentes.

Década de 90

A década de 90 é reconhecida como um período de profundas transformações, nas áreas econômica, social, política, entre outras. Interessa-nos, neste momento, discutir a respeito das alterações econômicas que se estabeleceram naquele momento.

A economia de vários países, entre os quais o Brasil, passou a seguir o neoliberalismo, uma teoria que teve suas teses formuladas nas décadas de 1960 e 1970, entretanto sabe-se que as raízes desta teoria datam de um tempo anterior (FIORIN, 2002).

Segundo Fiorin (2002), este é um período que apresenta uma série de alterações, entre as quais uma “revolução tecnológica”, advinda, principalmente do desenvolvimento da microeletrônica, dos computadores e da telecomunicação, modificando, desta forma, a

⁴ As empresas: Azaléia, Ramarim, Via Uno, Bibi, Piccadilly, Daiby, Kildare, Schmidt, começaram a se instalar a partir de 1998, principalmente na Bahia e no Ceará.

⁵ As causas mencionadas puderam ser identificadas a partir da leitura e análise do material coletado do Jornal NH, no período estipulado para a pesquisa.

⁶ Os aspectos a que se refere este trabalho são as crises políticas internas e a implantação de planos econômicos (RV-Real).

extensão, o custo e a velocidade da circulação das informações, possibilitando grande integração entre os países, o que estimulou a globalização.

Uma mudança preocupante está relacionada com o trabalho e o emprego, pois neste período observa-se a desaceleração do crescimento e a reestruturação produtiva que atingiu o trabalho, havendo a mudança do assalariado, passando do operariado fabril para o subcontrato, a tercerização, enfim, a precarização do trabalho, remetendo a uma grave crise que atingiu, principalmente, o setor industrial.

O período em estudo, de acordo com Pochmann (2001), foi marcado por uma acentuada redução do nível de emprego e pelas mudanças no perfil ocupacional. No setor produtivo estatal, destacou-se a adoção de novos programas de gestão de mão-de-obra, a fim da intensificação do trabalho. Objetivando gerar lucros, utilizou-se a redução salarial e a subordinação dos novos empregados que restaram através da terceirização, subcontratação e rotatividade. Em geral, os empregos masculinos foram os mais atingidos. Em relação à faixa etária, nota-se que o desemprego concentra-se nos jovens. Enquanto no período de 1989 a 1999 a desocupação jovem era de 73,4%; no seguimento de 25 a 79 anos era de 39%, e os desempregados acima de 49 anos ocupavam 46%.

Na década de 90, o Estado passou por uma série de reformulações no que diz respeito às questões econômicas. O país seguia as orientações americanas e inglesas, seguindo os passos do neoliberalismo que então caracterizava-se como a orientação política-econômica do momento.

Sobre a discursividade

A região em estudo, Vale do Rio dos Sinos, sofreu muito nessa década, sentindo a crise mundial de forma intensa em suas indústrias. Interessa-nos, aqui, analisar o tratamento dado a este conceito pelo Jornal NH, periódico de maior circulação na região. O período escolhido para a análise compreende os anos de 1992 até 1998, espaço temporal no qual é possível perceber grandes modificações na estrutura industrial da região, alterando o relacionamento dos indivíduos com a economia do Vale.

Para realizar as análises, optou-se pelo uso da Análise de Discurso, baseada nos estudos de Pêcheux (1997) e de Orlandi (2003), pois esta ferramenta permite a identificação do processo de construção dos sujeitos envolvidos com o discurso, bem como a

possibilidade do reconhecimento da produção de sentido realizado nas produções estudadas.

A palavra discurso, etimologicamente tem a idéia de curso, percurso, de movimento, ou seja, a palavra em movimento, a prática de linguagem; o homem relacionando-se com a linguagem, estabelecendo relações, significações. “Na análise de discurso procura-se compreender a língua fazendo sentido, enquanto trabalho simbólico, parte do trabalho social geral, constitutivo do homem e de sua história”. (ORLANDI, 2003, p.15)

A análise de discurso concebe a linguagem como mediação necessária entre o homem e a realidade natural e social, e não a trabalha enquanto um sistema abstrato, mas, sim, a língua no mundo como maneiras de significar, como homens falando, considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, sejam como sujeitos ou como membros sociais. Pela análise estabelecida pela língua, avalia-se como o sujeito relaciona-se à fala e às situações que proporcionam esta fala.

Além disso, com a análise de discurso é possível, também, identificar a materialização da linguagem, bem como a presença e manifestação da ideologia na linguagem, pois considera que esta não é transparente, procurando, então, a resposta para a questão: como este texto significa? Este estudo produz um conhecimento a partir do próprio texto, porque o vê como tendo uma materialidade simbólica própria e significativa, como tendo uma espessura semântica: ela concebe em sua discursividade.

O discurso não se trata apenas de transmissão de informação, pois, no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, tem-se um complexo processo de construção desses sujeitos e produção de sentidos, e não meramente transmissão de informação.

A análise de discurso procura compreender como o objeto simbólico produz sentido. O primeiro passo é a transformação da superfície lingüística em um objeto discursivo. Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do *corpus*, fazendo recortes na mesma medida que se vai inserindo um primeiro trabalho de análise, retomando conceitos e noções.

Quando se fala historicidade, refere-se à história refletida no texto, o acontecimento como discurso, o trabalho dos sentidos nele. De tal forma que o texto não é definido pela sua extensão, podendo ter desde uma só letra a muitas frases.

O texto como objeto simbólico é objeto de interpretação, e cabe ao analista compreender como ele produz sentidos, o que implica saber como ele pode ser lido e como os sentidos estão presentes nele.

Ao falar de sujeito e autor, o sujeito está para o discurso assim como o autor está para o texto. A função autor é uma função discursiva do sujeito que se estabelece paralelamente com outras funções enunciativas, que são o enunciador e o interlocutor. O autor é considerado como princípio de agrupamento de discurso, como unidade de origem de suas significações, como fulcro de sua coerência.

O tratamento do conceito crise pelo Jornal NH

Em 1992, o assunto crise esteve presente nas páginas do Jornal NH de maneira constante⁷. O periódico passou a publicar quase que diariamente notícias que reforçavam e esclareciam as causas dessa situação vivenciada pelos empresários e empregados da região. Neste momento faz-se referência a algumas das manchetes que foram publicadas, a fim de discutir o significado desses títulos. É importante lembrar que há muitas reportagens que não mencionam diretamente a “crise”, mas que apontam para as conseqüências e as causas da mesma.

O ano de 1992 inicia com a notícia da falência de duas empresas hamburgueses, além disso, nesta mesma matéria é mencionada a falência de outras sete indústrias, processos que tiveram o início no ano anterior, 1991. O texto aponta para a iminência de uma situação de crise, pois diz: “[...] pode vir a vez da Vulcatênis”. A escolha pelo verbo “pode” remete a incerteza que o autor do texto tem, incerteza esta que pode estar vinculada à instabilidade econômica do período. Por outro lado, aponta para uma grande possibilidade, ou seja, a empresa que está com suas portas abertas pode vir a sofrer as conseqüências da crise econômica nacional. Além disto, o texto utiliza a expressão “chegou a vez”, apontando para a possibilidade de todas as empresas virem a sofrer com tal situação. Outra expressão que chama a atenção do leitor é “[...] corre o risco de integrar o rol das falidas [...]” (Jornal NH, 01/01/1992), lembrando ao leitor da existência de uma lista de empresas que já sofreram com esta situação e, mais que isto, que a crise é um evento crônico, pois que tem, até mesmo, uma lista de empresas falidas.

⁷ O Jornal NH publicou matérias a respeito da situação de crise que viveu a região distribuídas da seguinte forma: 1992 – 84 matérias; 1993 – 11 matérias; 1995 – 26 matérias; 1996 – 37 matérias; 1997 – 11 matérias e em 1998 – 28 matérias.

Esta situação também levou os ateliês da região a sofrerem as conseqüências da crise, muitos deles fechando suas portas, pois a empresa para a qual eles costuravam faliu, gerando descontentamento por parte desses trabalhadores.

A crise, igualmente, foi percebida na comemoração do carnaval, justificando-se a pouca freqüência em virtude da crise. Ou seja, a interferência da economia no cotidiano dos moradores da região.

A leitura das matérias do ano de 1992 aponta para ao fato de a crise ser um acontecimento inevitável, pois a indústria coureiro-calçadista não apresentava condições de reverter os efeitos deste fato. A impressão que se tem é a de que a crise fugiu completamente das mãos dos empresários, sendo justificada através de culpas alheias – política econômica, concorrência desleal, greves de outros setores, etc.

No ano de 1993, a presença de notícias a respeito da crise é pequena, pois no período de pesquisa foram recolhidos apenas quatro textos que falavam especificamente sobre ela. Uma das notícias revela que houve perdas muito grandes no ano anterior, apontando como causa a má qualidade das peles de animais. Há, nesta notícia, a preocupação em melhorar a qualidade do couro usado na indústria, e, para isto, solicita-se o engajamento de todos os envolvidos com o setor.

Outra reportagem aponta como motivo da crise as greves de motoristas e de fiscais da Receita Federal, que estariam atrasando as entregas de pedidos e comprometendo a imagem da região. A greve dos funcionários da Receita Federal é apontada como a causa do provável fechamento de indústrias, uma vez que vários caminhões com matéria-prima não conseguiam passar pela fronteira do Uruguai e da Argentina. Há, ainda, a manifestação de um empresário no corpo da matéria, o qual diz que haveria uma situação de caos e que a imobilidade do governo não contribuiu para a solução do problema.

Mais uma vez a crise está baseada em problemas que fogem ao controle dos empresários, ou seja, há, por parte dos empresários, a compreensão de que a crise está ligada às atitudes do governo, bem como suas autarquias. Se há uma “culpa” no setor, ela diz respeito à má qualidade das peles, culpa de quem cria os rebanhos, ou seja, foge do controle dos empresários.

Em 1994 observa-se que a crise está intimamente relacionada à diminuição das exportações da região para a Europa. Em agosto deste ano, o jornal publica: “[...] parece que a crise veio para ficar.” (Jornal NH, 27-28/08/1994)

Demonstrando que, anteriormente, os empresários tinham alguma esperança de melhorar a situação econômica, mas que a queda das exportações trouxe mais uma vez a incerteza da possibilidade de reverter o quadro de crise vivido pelas empresas do setor. Neste momento, a justificativa para a constante queda no volume de exportações é o desajuste cambial provocado pelo Plano Real.

Diante da continuidade da crise, o setor começa a esboçar ações que têm por objetivo reverter as consequências desse momento. Empresários e representantes de classe unem-se com o propósito de oferecer seminários, palestras, cursos; alguns relacionados à reorganização dos negócios, outros sobre qualidade das matérias-primas e, ainda, sobre motivação pessoal. É neste período que ocorre, entre os empresários, a necessidade de união, a fim de resgatarem o espaço perdido pelas consequências da crise. Esta idéia passa a circular no jornal a partir do mês de maio, e ela está vinculada à necessidade de mudança das leis fiscais para a exportação, da presença de maior número de linhas de crédito e ações de marketing integradas.

No ano seguinte, 1995, o jornal publicou as consequências da crise, mostrando como a vida dos moradores da região foi influenciada a partir das falências das empresas da região. As matérias falam sobre a redução de jornada semanal, bem como dos salários, como alternativa para a retomada do crescimento do setor.

No próximo ano, em 1996, o conceito crise não é o mais comentado nas matérias do jornal, aparecendo em número reduzido e, somente, entre os meses de abril a agosto. As matérias relacionam a crise ao mau gerenciamento das indústrias de calçados, referindo que muitas empresas fecharam suas portas, mas outras tantas continuaram funcionando, apesar da situação econômica não ser a mais favorável.

Outra causa da crise seria o fraco desempenho das exportações, bem como a inadimplência por parte dos consumidores finais e das empresas em relação à compra de matéria-prima.

Em 1997, a crise baseia-se na queda das exportações brasileiras, que durante a década, caiu em torno de 15%. As poucas matérias ainda referem-se às dificuldades que os pequenos empresários têm em saldar as dívidas com as matérias-primas.

A crise, no ano de 1998, tem relação com o desempenho das bolsas de valores, as quais sofrem quedas em virtude da crise asiática. Além disso, os empresários percebem a globalização como um dos motivos para o fraco desempenho das indústrias, por conta da concorrência que se estabelece. As exportações continuam preocupando os empresários, pois apresentam queda de 12% no primeiro trimestre, comparando com o mesmo período do ano anterior. Em outubro do mesmo ano, o índice de queda chega a 16%.

Considerações finais

Após a análise de todas as matérias coletadas, pode-se perceber que a crise em Novo Hamburgo esteve, na maior parte dos textos, baseada na má administração dos governos federal e estadual, refletida nos altos índices dos juros, na cobrança de altas taxas de impostos, bem como na falta de solução para a concorrência com os produtos da Ásia.

Em consequência dessa despreocupação dos governos, as exportações apresentaram baixos índices, levando um grande número de empresas da região a solicitarem concordata, ou terem suas falências decretadas.

É interessante perceber que os empresários, em nenhum momento acreditaram que a crise poderia ser responsabilidade deles próprios, pela má administração, remetendo a culpa a fatores externos.

Ao mesmo tempo em que o jornal noticiava a crise, o que ficou comprovado pelo grande número de matérias e capas sobre a questão, ele sugeria possíveis soluções que seriam encontradas através da realização de seminários, encontros, palestras e a reorganização das próprias empresas que, muitas vezes, não estavam preparadas para enfrentarem a concorrência, principalmente, de outros países (como a China) que passaram a produzir o mesmo produto por um preço muito mais baixo.

Assim, ao término das análises, pode-se comprovar que a língua foi responsável pela mediação entre indivíduos e situações econômicas da época, produzindo sentidos e realidades nas vidas dos envolvidos.

Referências bibliográficas

CORRÊA, Abidack Raposo. *O complexo coureiro-calçadista brasileiro*. Disponível em: <http://scholar.google.com/scholar?q=O%20COMPLEXO%20COUREIRO%20CALÇADISTA%20BRASILEIRO&hl=pt-BR&lr=&oi=scholar> Acesso em junho de 2006.

FIORIN, José Luiz. *Elementos da análise de discurso*. São Paulo: Contexto, 1997.

LAGEMANN, Eugênio. O setor coureiro-calçadista na história do Rio Grande do Sul. *Indicadores Econômicos. Ensaios FEE*, Porto Alegre, ano 7, n.2, p.69-82, 1986.

ORLANDI, Eni P. *Análise de discurso*. São Paulo: Pontes, 2003.

_____. *Discurso e Leitura*. São Paulo: Editora da UNICAMP. 2001.

PÊCHEUX, Michael. *O Discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1997.

POCHMANN, Marcio. *A década dos mitos*. São Paulo: Contexto, 2001.

PRONI, Marcelo Weishaupt & WILNÊS, Henrique. *Trabalho, mercado e sociedade: o Brasil nos anos 90*. São Paulo: Editora UNESP. 2003.

RUPENTHAL, Janis Elisa. *Perspectivas do Setor Couro do Estado do Rio Grande do Sul*. Tese de doutorado. UFSC. PPG Engenharia de Produção. Florianópolis, 2001

SANTOS, Ângela Maria Medeiros et all. *O deslocamento de empresas para o estado do Ceara e Bahia: caso da indústria calçadista*. Disponível em <http://scholar.google.com/scholar?hl=ptBR&lr=&q=deslocamento+de+empresas+para+os+estados+do+ceara+e+da+bahia&btnG=Pesquisar&lr=> Acesso em março de 2006

SANTOS, André Mauricio. A Indústria de Curtumes do Rio Grande do Sul. In: COSTA, Achyles Barcelos da & PASSOS, Maria Cristina (orgs) *A Indústria Calçadista no Rio Grande do Sul*. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004.

SCHEMES, Claudia et all. *Memória do setor coureiro-calçadista: Pioneiros e Empreendedores do Vale do Rio dos Sinos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

SCHEMES, Claudia. *Pedro Adams Filho: Empreendedorismo, indústria calçadista e emancipação de Novo Hamburgo (1901-1935)*. Porto Alegre/RS. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre PUC/RS, 2006.